

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1042,  
DE 14 DE ABRIL DE 2021**

**EMENDA MODIFICATIVA  
(DE PLENÁRIO)**

De-se a seguinte redação ao § 2º do art. 10:

“§ 2º Será considerada nos critérios para ocupação de CCE ou de FCE a conclusão, com aproveitamento, de cursos de formação e aperfeiçoamento voltados ao exercício de cargos públicos, ministrados por Escolas de Governo, observada a adequação entre as atribuições dos cargos efetivos e dos CCE ou FCE a serem exercidos.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A redação do § 2º coloca como mera possibilidade a consideração nos critérios para ocupação de CCE ou de FCE a conclusão, com aproveitamento, de cursos de formação e aperfeiçoamento voltados ao exercício de cargos públicos, desde que para cargos ou funções exclusivos de servidores.

A redação é confusa e não valoriza, como requer o art. 39, § 2º da CF., a formação em escola de governo, ou a profissionalização do servidor por meio de cursos inerentes ao desenvolvimento na carreira, e necessária adequação entre as atribuições dos cargos efetivos e dos CCE ou FCE a serem exercidos.

Vale dizer: não deve bastar ser servidor efetivo para a investidura, mas que detenha qualificações próprias e haja alguma identidade entre o CCE ou FCE e o cargo efetivo ocupado, sob pena de apenas se substituir um “amplo provimento” por outro, sendo ambos avessos ao sistema do mérito.

Sala das Sessões,

**SENADOR PAULO PAIM  
PT/RS**

